




COVID-19 E PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Covid-19 and graduate studies: contemporary challenges to build knowledge

Rafael Gonçalves dos Santos*

 <http://orcid.org/0000-0003-3096-7223>

Dayane Aparecida Borges Caravieri Morais**

 <http://orcid.org/0000-0002-1337-6790>

Maria Cristina Piana***

 <https://orcid.org/0000-0002-4530-9541>

RESUMO

O presente artigo parte de um breve estudo bibliográfico e documental, com o objetivo de realizar uma análise sobre os desafios impostos a partir do sucateamento das universidades públicas no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia de Covid-19. A partir das contribuições apresentadas por intelectuais que fundamentam as suas reflexões por meio do referencial crítico-dialético, os estudos aqui propostos visam denunciar as principais medidas adotadas pelos grandes oligopólios privados da Educação Superior, assim como das suas consequências provocadas no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto-sensu e lato sensu*). Destarte, também se faz necessário considerar as determinações contraditórias inauguradas pela atual gestão genocida, negacionista e ultraconservadora que influenciam diretamente o processo de construção do conhecimento crítico, no desenvolvimento de pesquisas e na manutenção dos espaços das universidades públicas diante da adoção da modalidade de ensino remoto.

* Assistente Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: rafael.goncalves@unesp.br

** Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). Psicóloga na Estratégia de Saúde da Família no município de Patrocínio Paulista (São Paulo, Brasil). E-mail: dayane.caravieri@hotmail.com

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Franca, Brasil). Docente do programa de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: crispiana@uol.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p223-236



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade Pública; Conhecimento; Pós-Graduação; Covid-19.

ABSTRACT

This article is based on a brief bibliographic and documentary study, with the objective of carrying out an analysis of the challenges imposed from the scrapping of public universities in the teaching and learning process in times of the Covid-19 pandemic. From the contributions presented by intellectuals who base their reflections through the critical-dialectical framework, the studies proposed here aim to denounce the main measures adopted by the large private oligopolies of Higher Education, as well as their consequences in the context of undergraduate courses and post-graduation (*stricto-sensu* and *lato sensu*). Thus, it is also necessary to consider the contradictory determinations inaugurated by the current genocidal, denialist and ultra-conservative management that directly influence the process of building critical knowledge, in the development of research and in the maintenance of public university spaces in the face of the adoption of the remote teaching modality.

KEYWORDS

Public university; Knowledge; Postgraduate studies; Covid-19.

Introdução

O ano de 2020 foi marcado pela Pandemia do Coronavírus (Covid-19) que apontou medidas de isolamento social como estratégia de enfrentamento para evitar a propagação do vírus, afetando diversos setores da esfera social.

Uma das atividades que foram interrompidas presencialmente por mais tempo foram as atividades escolares em todos os níveis e modalidades de educação. Nesse sentido, foi instituído o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC) que publicou as Portarias (nº 343/2020; nº 345/2020; nº 395/2020) e a Medida Provisória nº 934/2020 que autorizava a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais e com o aporte de tecnologias da informação e comunicação (BRASIL, 2020).

Com a suspensão das aulas presenciais nas universidades públicas e privadas, surge a necessidade de se desenvolver metodologias alternativas de ensino, como as tentativas de adaptação e implementação de sistemas digitais. Tentativas essas que, por sua vez, acabam por expor diversas “novas” problemáticas, como por exemplo, a falta de suporte psicológico a professores/as, a baixa qualidade no ensino, a sobrecarga de trabalho atribuído aos/as professores/as, o descontentamento do/as estudantes, além do acesso limitado (ou inexistente) destes/as às tecnologias necessárias.

O ensino remoto se apresenta incompatível com o projeto de formação profissional, inviabilizando a formação de qualidade, visto que impede o/a estudante de desenvolver a capacidade de apreender a realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade, essencial para aumentar a qualidade de suas intervenções.

Diante do atual cenário, torna-se imperativo compreender quais os principais impactos provocados no âmbito da Educação Superior e quais as consequências agravadas pelo sucateamento das universidades públicas e pelos desmontes do financiamento no âmbito da pesquisa científica sustentadas pelo atual (des)governo.

Neoliberalismo, pós-graduação e a construção de pesquisas no contexto da pandemia da Covid-19

Refletir acerca do papel da pesquisa no âmbito das ciências humanas e, sobretudo, da pós-graduação, exige com que, a partir de um recorte socio-histórico, se possa compreender quais os principais impactos provocados pelo ideário neoliberal radicalizado no âmbito da Educação Superior e quais as suas consequências agravadas pelo sucateamento das universidades públicas e pelos desmontes do financiamento no âmbito da pesquisa científica sustentadas pela gestão do governo Bolsonaro (2019-2022).

A realidade brasileira está marcada por uma grave crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, que se intensifica com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), tendo em vista o quadro da crise estrutural do capital e que cujos reflexos atingem diretamente as condições de vida, de bem-estar e de trabalho das classes populares urbanas do País. Este contexto ainda se encontra assolado pelo crescimento do desemprego estrutural, pelos cortes nos salários, pelas contrarreformas do Estado, além da redução de sua responsabilidade pública na garantia de políticas sociais. Acentuada pela pandemia, o País tem se deparado cotidianamente e de maneira violenta com a destruição dos direitos historicamente conquistados, com a violação dos direitos humanos e, principalmente, com a reprodução ideológica do ideário neoconservador nas determinações estruturais e conjunturais da sociedade brasileira.

Conforme reiterado por Antunes (2020), a sociedade contemporânea é marcada pela expansão e generalização do metabolismo antissocial do capital, uma vez que este se reproduz independentemente dos impactos sociais, políticos e ambientais, alternando-se entre as ações de produção, destruição e letalidade que são intensificadas com a pandemia no país, além de fragilizar e desarticular a organização e a luta dos movimentos sociais. Esse metabolismo antissocial é reafirmado pelo presente (des)governo, organizado por uma gestão genocida, uma vez que a ciência e os avanços das pesquisas no desenvolvimento das vacinas, por exemplo, são desacreditados e os efeitos da Covid-19 cada vez mais minimizados. Consequentemente, nos deparamos com um vasto cenário de retrocessos, tais como o:

- a) negacionismo da pandemia em nome da economia e da garantia da saúde financeira; b) massificação nos principais veículos de comunicação da necessidade de um “esforço de todos” para salvação nacional; c) construção da narrativa de que “estamos no mesmo barco” e “sairemos mais fortes”; d) socorro financeiro emergencial como saída — uma espécie de Band-aid — para classe trabalhadora que é defraudada até o sangue pelo arrocho do sistema capitalista; na verdade, uma medida de injeção de capital no sistema financeiro para “combater a crise do coronavírus. (ANDRADE; PRATES, 2021, p. 36-37).

Dessa forma, a pandemia expõe a forma em que o sistema capitalista seguia respondendo às suas crises desde os anos 1970, evidenciando, inclusive, que tais crises são constitutivas do capitalismo, e que não se tratam, sobretudo, de fenômenos eventuais. Observamos que o capitalismo começa a configurar mudanças substantivas no interior das relações de trabalho, incorporando avanços tecnológicos, científicos e, em especial, tecnologias de base digital que aceleram a produtividade do trabalho, além de ampliar a população

sobranante com vistas à valorização do mercado. Diante desses impactos perversos provocados pela ordem do capital, bem como de suas determinações contraditórias, quais têm sido as suas consequências no campo das universidades e, principalmente, para o processo de construção de conhecimentos no âmbito da graduação e da pós-graduação?

Uma das principais estratégias que têm sido adotadas no âmbito da Educação Superior consiste na adoção do ensino remoto, uma vez que os grandes oligopólios privados do ensino superior têm utilizado esta estratégia para implantar o ensino à distância (EaD). Mediatizada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), esta modalidade de ensino está sendo cada vez mais utilizada por instituições de ensino superior públicas e privadas dos cursos de graduação e pós-graduação. Somadas aos desafios inaugurados pelo contexto de pandemia, uma das principais consequências identificadas diz respeito ao elevado índice de trancamento de disciplinas e cursos, seguidas pela crescente evasão, pela ameaça do acesso a um ensino crítico, de qualidade e universal, além das dificuldades de permanência acentuadas pelas desigualdades sociais na sociedade brasileira.

O atual cenário também tem revelado que as tecnologias digitais não são totalmente dominadas em suas possibilidades, principalmente no que se refere às suas possibilidades didático-pedagógicas. Um dos primeiros desafios a serem enfrentados corresponde ao suporte tecnológico necessário aos/às discentes para a realização das atividades remotas. Outro desafio também diz respeito ao processo de normatização das intervenções realizadas e a formação qualificada de docentes.

No âmbito da categoria de docentes, o contexto de pandemia de Covid-19 representou um verdadeiro desafio jamais vivenciado antes sob as mesmas condições, a partir da utilização de diferentes recursos tecnológicos para a exposição dos conteúdos, de outras linguagens e sob um curto período de tempo, o que resulta, conseqüentemente, na precarização da qualidade dos conteúdos e das aulas ministradas virtualmente. Não obstante, um conjunto de direções estratégicas começaram a ser utilizadas, como o aporte de recursos de mídia e de materiais complementares, como artigos científicos e eventos, cursos e trabalhos com acesso gratuito. Além disso, as atividades pedagógicas e as metodologias avaliativas foram repensadas, sem deixar de contemplar os processos de ensino e aprendizagem que não podem ser isolados de uma formação qualificada e contínua.

A partir desses questionamentos, é importante compreender que as intervenções do atual (des)governo neste campo têm resultado, sobretudo, na destruição das pesquisas construídas nos espaços acadêmicos de todo o Brasil, principalmente com os sucessivos cortes do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), organismo vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e essencial para a manutenção da ciência no País. Nesse sentido, observa-se que as medidas implantadas impossibilitam com que graduandos/as, pesquisadores/as e profissionais em processo de formação continuada, desenvolvam, por meio da construção de conhecimentos científicos, a capacidade de apreender a realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade, de modo a identificar e a questionar as principais determinações contraditórias que atingem os espaços de construção das universidades, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

[...] a forma como é produzida a universidade está intimamente relacionada à maneira pela qual as condições materiais, culturais e até espirituais do homem são produzidas, razão por que a universidade, em sua manifestação concreta, é a expressão [...] do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto; manifesta os seus valores e estimula o desenvolvimento de produtos de acordo com as necessidades dessa mesma sociedade. Enfim, se a instituição universidade é produzida de acordo com o grau de desenvolvimento de uma dada sociedade, então, no caso do Brasil, ela se constrói dentro do projeto capitalista de produção da existência humana dessa sociedade. [...] Em outras palavras, podemos dizer que de 1980 para cá, as cores que pintam os quadros da universidade deste país são as mesmas que colorem a tecnocracia e a modernização acelerada, expressando essa última o desenvolvimento sob a égide do capitalismo. E no bojo dessa relação capital/sociedade e universidade que se encontram os programas de pós-graduação. (SAVIANI, 1993, p. 99).

Sendo o Brasil um país de capitalismo periférico e dependente dos ditames do mercado externo, os investimentos realizados no âmbito da política de educação brasileira e da pós-graduação estão sendo ameaçados. É possível identificar uma redução radical em seu financiamento, destacando-se os sucessivos cortes nas bolsas, tanto de iniciação científica, como também de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil, anunciadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), recusando, assim, novos/as pesquisadores/as e impossibilitando o desenvolvimento de pesquisas, bem como em construções de conhecimentos críticos que são indispensáveis para a defesa da ciência e do conhecimento científico no país.

As bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado também sempre estiveram na mira do atual (des)governo bolsonarista e negacionista. De acordo com a notícia publicada pelo Jornal G1 Notícias no dia 10 de setembro de 2019,

os cortes em bolsas da Capes valem também para programas de pós-graduação com alta nota de avaliação. O novo corte, anunciado no início de setembro (2), vai atingir 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil a partir de setembro. Procurada pelo G1, a Capes não informou as pesquisas que seriam afetadas porque só tem acesso àquelas que estão ativas.

Dessa forma, falar acerca do processo de construção da pesquisa no âmbito da pós-graduação também implica em compreendê-la, de acordo com Diniz e Martinelli (2020), como a forma de se revelar as reivindicações dos sujeitos, a organização de núcleos e a apreensão da dimensão política em todas as suas ações. Essa construção é processual, não é possível pensá-la de maneira isolada da realidade social, do movimento do real, realizando as suas mediações. O caráter crítico da pesquisa é atribuído por meio do método utilizado e de acordo com o paradigma de seu referencial teórico. O método, conforme Netto (2016) e Diniz e Martinelli (2020) consiste em uma opção política, ao invés de ser determinado como um mero procedimento. Logo, o/a pesquisador/a possui um projeto político, cujo objeto é construído a partir da própria história de vida. Não obstante, o método aspira à totalidade, permite assumir o compromisso ético-político em conferir movimento à teoria, de modo com que os sujeitos participantes da pesquisa e o/a pesquisador/a não desapareçam.

Ao direcionarmos as análises sobre a realidade social, é notório que o regime político também avança sobre a política de educação brasileira, na medida em que as classes dominantes têm implantado, nos últimos anos, um projeto de sociabilidade que priorize a manutenção da ordem vigente, na intensificação das relações de exploração capitalista e no investimento do capital humano de maneira individualizada, a fim de aprofundar o processo de privatização dos diversos setores estratégicos dos países periféricos, apresentando graves ameaças à universidade, à ciência e à pesquisa, somadas às desigualdades e aos expressivos níveis de extrema pobreza.

Nesse sentido, a categoria pobreza passa a ser interpretada pelo Banco Mundial e pelos organismos internacionais como a incapacidade de se alcançar um determinado padrão de vida mínimo, avaliado a partir da capacidade de consumo da população. Dentre as principais estratégias apresentadas no combate da pobreza, tem-se um parco investimento, por parte do governo, em serviços de saúde e de educação voltados para maior investimento no capital humano dos segmentos mais pobres da população, de modo a desenvolver os seus conhecimentos técnicos e potencialidades, com o intuito de fortalecer a lógica concorrencial no mercado de trabalho. Dessa forma, o Estado intervém apenas para transformar pobres incapazes em pessoas capazes e competitivas, fazendo com que esses segmentos sociais busquem atender às suas necessidades sociais individualmente por meio da venda da sua força de trabalho.

Além disso, os setores lucrativos apropriados pelos interesses do capital buscam desenvolver mecanismos de expansão das fontes de financiamento da pós-graduação, com a emergência de novas tecnologias em busca de inovações, fomentando o investimento no âmbito empresarial e em recursos humanos para atuar em programas nacionais, além de propor a associação entre as universidades e as organizações, seja do setor público ou privado. Com isso, a formação qualificada começa a ser reduzida à realização de pesquisas que atendam, sobretudo, apenas as demandas do setor privado e do setor produtivo em nível industrial, orientados pela perspectiva desenvolvimentista no âmbito da pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

A partir das reflexões realizadas, também é preciso entender que as determinações contraditórias impostas pelo cenário vigente não podem ser desvinculadas da história da humanidade, uma vez que são acentuadas por um (des)governo de extrema direita, apresentando retrocessos no âmbito das universidades brasileiras e das políticas educacionais, marcadas por precarizações e irracionalidades. Esses retrocessos podem ser identificados no presente contexto por meio adoção de medidas de sucateamento e de subfinanciamento do sistema público de saúde e das instituições de ensino superior, principalmente a partir da implantação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que congela por vinte anos os gastos primários do governo e, pela Emenda Constitucional nº 93 de 2016, ao estabelecer a desvinculação de trinta por cento dos recursos que deveriam ser constitucionalmente investidos nas políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social) e nas políticas sociais em geral, tais como a educação, segurança e saneamento básico.

Tais reflexos também incidem diretamente sobre a formação profissional em Serviço Social, uma vez que estes ataques frontais que ameaçam a construção de pesquisas no

âmbito da Educação Superior dificultam a apreensão crítica da realidade social, da construção de saberes, bem como a formação de sujeitos ontológicos, capazes de desenvolver uma ação investigativa e crítica no exercício profissional, a fim de ir além de práticas imediatistas, paternalistas e assistencialistas no atendimento às necessidades da população usuária. Por meio desta perspectiva, a luta e a resistência no campo da iniciação científica frente aos ataques neoliberais apresentam um papel indispensável, pois a pesquisa constitui um campo primordial para a reafirmação das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas dos/as profissionais em Serviço Social, processo este no qual também se insere o tripé da universidade, formada pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, permitindo aos/às assistentes sociais desvelar as expressões da questão social, o papel do Estado e as formas de resistência da classe trabalhadora.

Universidade Pública e Covid-19: desafios contemporâneos para a construção do conhecimento

No ano de 2020, a emergência do novo coronavírus (Covid-19) e o seu alto potencial de contágio fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificasse a situação mundial de Covid-19 como pandemia, de modo com que o risco dessa doença infecciosa atingisse a população de todos os continentes.

Como uma das maneiras de prevenção do avanço da doença é o distanciamento social, as instituições de ensino aderiram ao isolamento, conforme decretado pela Lei Federal n.º 13.979/2020 (BRASIL, 2020), por meio de suspensão das aulas presenciais.

Dessa forma, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a substituição de disciplinas presenciais por aulas realizadas de maneira remota, por meio de tecnologias de informação, publicando uma portaria sobre o tema em março de 2020 (BRASIL, 2020).

No entanto, ao adotar esse modelo de ensino, o MEC não evidenciou uma consequente implicação na garantia de uma educação de qualidade para todos/as, tendo em vista as diversas desigualdades sociais e as particularidades dos/as estudantes (ANDRADE; PRATES, 2021, p. 61).

Os recursos tecnológicos tornaram-se essenciais nesse momento, mas como afirmam Silva, Santos e Paula (2020, p. 4), nos deparamos com a falta de preparo, tanto de professores/as quanto de alunos/as para lidar com os desafios desses recursos. Além disso, faltam recursos tecnológicos tanto nas instituições de ensino como também, não rara às vezes, nas casas dos/as alunos/as.

Outras dificuldades percebidas por alguns estudos, além da limitação do uso de tecnologias de informação, quanto ao conhecimento que se tem das ferramentas de acesso à Internet, dizem respeito ao ambiente, geralmente a própria residência, tanto do/a professor/a quanto do/a aluno/a, nas quais as tarefas domésticas por muitas vezes dispersam a atenção nos estudos, além dos impactos na saúde mental pela falta de contato com os colegas, bem como a impossibilidade de realização de estágios, pesquisas de campo, dentre outras atividades (SILVA; SANTOS; PAULA, 2020, p. 3; GUSSO *et al.*, 2020, p. 5). Os autores citados ainda relataram perceber que as instituições estão identificando a

necessidade de se promover formações para que professores/as e alunos/as aprendam a manusear os recursos tecnológicos disponíveis (SILVA; SANTOS; PAULA, 2020, p. 05).

Gusso *et al.* (2020, p. 5) citam que a implementação do Ensino Remoto Emergencial de maneira urgente tenha comprometido a qualidade do ensino, visto que não houve tempo suficiente para preparação de docentes e discentes no período anterior ao contexto de pandemia de Covid-19.

Essa mudança na modalidade de ensino acarretou impactos no âmbito da educação, e estes não foram apenas em relação às aulas presenciais, mas também os encontros dos grupos de pesquisa, de orientações acadêmicas, de estágios supervisionados, das bancas de qualificação e de defesa de dissertação de mestrado e de tese de doutorado no âmbito da pós-graduação. Além disso, o processo de apreensão de indicadores foi afetado, visto que estes também passaram a acontecer de maneira remota e de forma precária (ALMEIDA; ARRIGO; BROIETTI, 2020, p. 3).

Houve também pouca preocupação no que concerne ao registro de frequência, à carga horária das disciplinas ministradas, dos processos avaliativos, dentre outros aspectos. Consequentemente, observa-se que esses fatores resultaram no aumento da sobrecarga e da ansiedade de professores/as, na baixa eficiência no ensino e na desmotivação crescente dos/as estudantes, o que resulta no aumento da evasão nos cursos de graduação e pós-graduação.

Comparando com o Ensino à Distância (EaD), apesar de essa ser outra modalidade de ensino, Matta *et al.* (*apud* GUSSO *et al.*, 2020, p. 6) consideram que existem limitações que precisam ser consideradas, como o fato de que algumas habilidades ou competências não são passíveis de ensino via EaD, tais como: habilidades sociais básicas (empatia, comunicação assertiva, entre outras) e as habilidades comumente denominadas “técnicas” como as exigidas, por exemplo, a um fisioterapeuta ou médico). Dessa forma, surge um questionamento importante: como fica a produção de conhecimento no âmbito do Ensino Superior, principalmente no âmbito da pós-graduação, a partir da implantação do ensino remoto e dos principais impactos e desafios inaugurados pela pandemia de Covid-19?

O Ministério da Educação define o Ensino Superior como todas as modalidades de ensino sob responsabilidade das universidades, envolvendo a graduação e também as pós-graduações *stricto* e *lato sensu*, assim como outras modalidades de ensino que visem à especialização, à atualização e ao aperfeiçoamento científico e cultural de profissionais, cientistas e professores/as de nível superior (BRASIL, 1996).

Segundo o Documento da Área de Ensino, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil teve um aumento no número de cursos oferecidos, passando de 699 para 6.131, entre os anos de 1976 e 2016.

As pesquisas realizadas pela área de Ensino englobam investigações de determinados conteúdos de áreas específicas pertinentes às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais por meio da integração entre os conhecimentos específicos e sua aplicação em situações de ensino. A pesquisa tem valor estratégico para o

desenvolvimento tecnológico do País, bem como para os processos de humanização e melhoria das condições de vida da população (CAPES, 2019).

Dessa maneira, as diversas modalidades, apesar das suas especificidades, visam formar profissionais aptos/as a compreender e intervir sobre a realidade social, transformando-a, por meio de ações fundamentadas cientificamente e que sejam tecnicamente adequadas e socialmente significativas (BOTOMÉ, 1994; BOTOMÉ; KUBO, 2002; DE LUCA *et al.*, 2013 *apud* GUSSO *et al.*, 2020, p. 8). Visto dessa forma, o ensino traz diversas exigências para aqueles que são responsáveis por gerir os processos de capacitação desses/as profissionais e uma delas diz respeito à concepção de ensino-aprendizagem que orientará tais processos.

O/a professor/a tem um papel importante como mediador/a e orientador/a nesse processo. De acordo com Silva, Santos e Paula (2020, p. 05), o modelo pedagógico de metodologia ativa é interpretado como o futuro do ensino escolar, com uma proposta de maior engajamento dos/as alunos/as, dando-lhes voz e ouvidos no processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, o/a professor/a adota diferentes direções estratégicas nesse processo, para que as aulas se tornem interessantes, criativas, podendo incluir vídeos, leituras, questionários, jogos avaliativos, dentre outras metodologias de ensino e aprendizagem.

Vale destacar também a importância da construção do saber, isto é, da maneira em que o conteúdo das aulas é transmitido. Conforme elucidado pelo patrono da educação brasileira, Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia do Oprimido (1994)”, o educador denomina como Educação Bancária o modo de ensino no qual o/a professor/a “deposita” o seu saber no/a estudante, sem a possibilidade de se desenvolver uma reflexão crítica, desconsiderando o que já havia sido aprendido. E como o ensino superior visa contribuir para o desenvolvimento da capacidade de atuação profissional, o processo de formação e qualificação profissional, ainda que de maneira remota, enfrenta os desafios da consequente precarização e sucateamento das universidades e das pesquisas científicas no País.

Gusso *et al.* (2020, p. 8) frisam que a concepção de ensino, caracterizada pelo desenvolvimento de comportamentos profissionais não se resume à capacitação de estudantes para a reprodução de conhecimentos (transmissão de conteúdos), mas contribui para lidar com a realidade social a partir do conhecimento existente.

Dessa forma, o Ensino Superior implica em capacitar os/as estudantes (no processo de formação profissional), a desenvolverem “aptidões para atuarem de forma abrangente e efetiva, com resultados duradouros e de eficácia sistêmica, com dimensões éticas, afetivas, políticas e sociais, tanto quanto dimensões técnicas, científicas e culturais” (BOTOMÉ, 2000, p. 31, *apud* GUSSO *et al.*, 2020, p. 9). Portanto, a aprendizagem de nível superior desenvolve a capacidade de o/a estudante caracterizar a realidade social e atuar, a partir do conhecimento e das tecnologias disponíveis, com comportamentos profissionais que aumentem a qualidade e a eficácia de suas intervenções.

Toso *et al.* (2020, p. 11) salientam, de acordo com o resultado da sua pesquisa, que é fundamental a interação entre professores/as e alunos/as para efetivação da aprendizagem e que essa interação é fruto de planejamento, da energia despendida pelos/as professores/as e também com a participação dos/as alunos/as, a partir da realização das atividades propostas e se posicionando como sujeitos ativos. Nesse sentido, os autores concluem que os/as professores/as precisam fazer uso de estratégias pedagógicas que estimulem os/as alunos/as a construir o conhecimento a partir de interações e discussões síncronas com colegas e professores/as e que o processo formativo de maneira remota deve ser mediado pelo diálogo, pela troca de experiências, de modo a contemplar as dimensões estrutura, processo e resultado para o alcance do objetivo central desse processo que é a construção de um novo conhecimento.

As autoras Almeida, Arrigo e Broietti (2020, p. 7) realizaram uma pesquisa com 15 alunos/as de um programa de pós-graduação, no Estado do Paraná, sobre os aspectos da formação em tempos de pandemia. Elas obtiveram respostas que foram alocadas em três grandes categorias, versando sobre as possibilidades da vida acadêmica durante a pandemia, suas limitações e perspectivas futuras. As respostas incluídas na categoria limitações tiveram maior representatividade e apresentaram aspectos sobre “questões psicológicas, falta de um ambiente adequado para estudo, falta de materiais disponíveis na biblioteca, limitações das interações, problemas técnicos com os meios de comunicação, além de problemas para realizar a apreensão de dados, estágios de docência e contato com o orientador”.

Essa modalidade de ensino tem levantado algumas polêmicas e questionamentos relacionados ao avanço da precarização do ensino, à incompatibilidade com o projeto de formação profissional e aos aspectos que inviabilizam a formação de qualidade (ANDRADE; PRATES, 2021, p. 61).

A formação em Psicologia e Serviço Social, por exemplo, deve assegurar aos/as profissionais uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para uma intervenção crítica e efetiva, uma vez que se trata de profissões que exigem uma formação capaz de construir saberes e profissionais comprometidos/as com a transformação social. É imperativo pensar que as atividades acadêmicas presenciais estão suspensas, mas os princípios orientadores que a fundamentam, não (CFP, 2020; ABEPSS, 2020).

Tais exigências estão inclusive preconizadas pelas Diretrizes Curriculares desses cursos, nas quais são afirmados e reafirmados os valores, os princípios e os modelos que devem guiar a estruturação dos cursos no País. Contudo, diante do contexto de pandemia de Covid-19, assegurar esses elementos para a formação de um/a profissional com qualidade se tornou um dos principais desafios a serem enfrentados.

Soligo *et al.* (2020, p. 3), ao tomarem como referências as análises de Bock (2003, *apud* SOLIGO *et al.*, 2020), refletem que a história da Psicologia, formada através das contradições sociais que caracterizam as sociedades modernas, mostra os muitos movimentos críticos, reflexivos e autoavaliativos que levaram à produção de um projeto de ciência e profissão comprometido com as transformações sociais, na perspectiva de construção coletiva de bem-estar social e na busca de condições igualitárias, e ao mesmo

tempo diversas, de existência. Assim, a formação em Psicologia acompanha e traduz em suas diretrizes curriculares esse movimento.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) emitiu uma nota sobre os impactos da pandemia e as medidas para educação, no qual faz a análise da conjuntura com o objetivo de evidenciar um posicionamento contrário à substituição das aulas presenciais pelo meio digital, tendo em vista os prejuízos no processo de formação qualificada que tem sido gerado pelo ensino remoto e evidencia que:

A proposta de realização online das atividades desconsidera a excepcionalidade da situação e que radicalmente modifica a dinâmica de vida de docentes e discentes na qual todos os membros familiares se encontram em casa, trazendo sobrecargas particularmente às mulheres (maioria do nosso corpo discente e docente); desconsidera as formas de acesso à internet dos discentes mais pobres; desconsidera a dimensão pedagógica que a relação presencial possibilita no processo formativo; e desconsidera as dimensões sociais e psicológicas de adaptação à nova realidade. Os elementos listados são importantes no processo ensino-aprendizagem. (ABEPSS, 2020a, p. 3).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) também produziu um documento norteador sobre a formação, a prática e o estágio remoto em Psicologia no contexto da pandemia e reforça que, embora o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) potencialize o processo educacional em algumas dimensões, também pode limitar a vivência dos contextos em que o/a profissional se insere e nos quais estabelece relações com colegas, equipes, normas institucionais e os usuários dos serviços (CFP, 2020).

A partir dos aspectos mencionados, também é preciso elucidar que os elementos do atual projeto de graduação e pós-graduação estão sendo desenvolvidos para atender aos interesses do capital, responsável por consolidar um processo de sucateamento da educação em todos os níveis de ensino, colocando inclusive em risco o padrão de qualidade nos espaços acadêmicos. Com o intuito de atender aos imperativos da lógica mercantilista, pragmática e instrumental, as instituições de ensino superior tendem a ser instrumentalizadas a responder diretamente às necessidades do capital e aos serviços oferecidos ao mercado, sendo que nesse sentido, as áreas de ciências humanas ou sociais aplicadas, com sua entonação crítica a esta política, pouco tem a contribuir (GUERRA, 2011, p. 137-138).

Ademais, preservar práticas profissionais em uma situação de distanciamento físico devido ao momento da pandemia inaugurou um enorme desafio a ser enfrentado, mas a temporalidade de sua validade é que caracteriza a proposta de uma educação remota emergencial. Assim, ainda que as atividades presenciais sejam realizadas de maneira retomada, as práticas deverão ser direcionadas à promoção de um modelo que permita a vivência e o aprendizado das condutas profissionais (CFP, 2020).

Considerações Finais

A partir das reflexões realizadas, o cenário contemporâneo tem inaugurado um conjunto de desafios que se acentuam com a crise sanitária da pandemia de Covid-19, e que cujas determinações contraditórias inauguradas pela atual gestão genocida, negacionista e

ultraconservadora influenciam diretamente no processo de construção do conhecimento, no desenvolvimento de pesquisas e na manutenção dos espaços das universidades públicas no País, afetando tanto os cursos da graduação quanto da pós-graduação (*stricto e lato sensu*).

Os grandes oligopólios privados da Educação Superior avançam com a reafirmação das bases de consolidação do ensino híbrido, organizado entre aulas presenciais e remotas, e que, conseqüentemente, além de refletir na precarização da qualidade do ensino e da construção de conhecimentos a partir do fomento às pesquisas científicas, fazem com que o sujeito pesquisador seja um mero receptor de informações pontuais e imediatas.

No processo de pesquisa e de construção do conhecimento, o sujeito não nasce rico, mas torna-se a partir da apreensão de experiências culturais, possibilitando a abertura a novos horizontes. Conforme elucidado por Netto (2016), o processo de construção da concepção democrática de conhecimento tem como ponto de partida a realização de estudos, de reflexões, bem como a ampliação de horizontes capazes de contribuir para que o sujeito ascenda ao conhecimento, principalmente quando se trata do conhecimento teórico sobre um determinado objeto. Não obstante, o ponto de partida do conhecimento está no campo da aparência, o movimento intelectual do sujeito parte da aparência para se alcançar a estrutura dinâmica de sua essência real, ou seja, do objeto.

Nesse processo de resistência e de luta aos ataques frontais à pesquisa, à universidade e ao conhecimento científico, nos deparamos com a formação de pesquisadores/as influenciados/as pela ignorância, uma vez que o objeto do conhecimento é inesgotável, em constante processo de mutação e transformação. Dessa forma, torna-se indispensável para a construção do conhecimento crítico, a extração das características e das suas principais leis. E nesse quadro de construção de conhecimento, não podemos desconsiderar a luta pela defesa da universidade pública. O seu significado socio-histórico não pode ser relegado a um ordenamento vazio. Trata-se, segundo Netto (2016), do único espaço onde se pode construir pesquisas, do lugar onde temos a chance de nos tornarmos sujeitos ricos, isto é, sujeitos culturalmente formados.

Para tanto, é necessário reafirmar a relevância da pesquisa, do conhecimento científico e dos estudos que sofrem um processo contínuo de atualizações tendo em vista a sua dinamicidade, além de reafirmar a construção coletiva de serviços, programas, projetos em oposição aos desmontes da educação brasileira e contra o sucateamento das universidades públicas.

Destarte, nos deparamos com uma longa jornada de luta e de resistência à ofensiva neoliberal. Seguimos fortalecendo nossas forças políticas pela construção de uma universidade popular, reafirmando o compromisso por uma educação emancipatória, democrática e fundada em valores revolucionários que se opõem às contradições da ideologia neoconservadora e de seu poder de persuasão. Assim, as críticas apresentadas no desenvolvimento do presente artigo possibilitaram desvelar tais contradições, a fim de também denunciar os constantes ataques no âmbito da pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*), haja vista os sucessivos cortes nas bolsas de iniciação científica, como também de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil.

Por fim, seguindo as ilustres reflexões de Florestan Fernandes (1996, p. 11), “que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a universidade que está em nossos corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades”.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1996**. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

ALMEIDA, F. G.; ARRIGO, V.; BROIETTI, F. C. D. Relatos de pós-graduandos em ensino de ciências e educação matemática a respeito de aspectos da formação em tempos de pandemia. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-21, 2020.

ANDRADE, R. F. C.; PRATES, J. C. (org.). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19**. Boa Vista: IOLE, 2021.

ANTUNES, R. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 ago. 2021

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Documento de Área**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CFP. **Prática e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid -19: recomendações**. Conselho Federal de Psicologia e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. 1. ed. Brasília: CFP, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, F. Discurso de Florestan na Maria Antônia. **Revista USP**, São Paulo, v. 29, p. 8-13, mar./maio 1996.

GUERRA, Y. D. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc.** Campinas, v. 41, 2020.

DINIZ, R.; MARTINELLI M. L. **História oral na pesquisa em Serviço Social**. Publicado pelo canal Cortez Editora, 5 maio 2020, (1h29min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vhgi_VyfOJQ. Acesso em: 18 ago. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**. Publicado pelo canal Ivanete Boschetti, **PPGPS/SER/UnB**, 19 abr. 2016, parte 1 (2h50min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&list=RDLV2WndNoqRiq8&start_radio=1&rv=2WndNoqRiq8&t=0. Acesso em: 18 ago. 2021.

MORAES, C. A. S. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **Rev. katálysis** [online], v. 20, n. 3, 2017.

PORTAL G1 (Brasil) *et al.* Capes. Corte em bolsas da CAPES vale também para programas de pós-graduação com alta nota de avaliação. **G1**, Educação, 10 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/10/capes-vai-congelar-bolsas-de-pesquisa-ate-em-cursos-com-alto-nivel-de-avaliacao.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

SILVA, A. V. V.; SANTOS, H. R.; PAULA, R. H. **Os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia nos cursos de graduação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, Maceió, 2020.

SOLIGO, A. F. *et al.* Formação em psicologia: estágios e avaliação psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-18, 2020.

TOSO, B. R. G. O. *et al.* Abordagem sobre interdisciplinaridade em saúde na pós-graduação em tempos de pandemia: experiência de atividade remota e síncrona. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, 2020.

Submetido em: 21/08/2022

Revisto em: 22/10/2022

Aceito em: 02/09/2022